

O CAFÉ E A ECONOMIA BRASILEIRA

Taunay focaliza a evolução do café desde seus primórdios até 1950, mas as considerações que tece são interessantes até hoje.

AFONSO DE E. TAUNAY

Da Academia Brasileira
de Letras

Paturage et labourage ce sont les deux mamelles de la France, apre-goava Sully a Henrique IV a traduzir a síntese de um estado econômico nacional, numa época em que, por assim dizer, não havia indústria e sim apenas ofícios, e quando a França mal esboçava a sua política colonial.

A mesma orientação de espírito levou, em princípios do século XVIII, o ilustre jesuíta italiano, João Antonio Andreoni, mais de século e meio tenazmente oculto sob o critónimo célebre de Antonil, a intitular, como o fez, a sua obra no Brasil famosa: *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*.

Tratado inestimavelmente precioso nêle se descrevem as grandes bases de toda a economia brasileira em princípios do setecentismo. As drogas de exportação vêm a ser o açúcar e o fumo. E as minas, as do enorme pacto que apenas começava a ser explorado, na região do hinterland fluminense, a do Espinhaço e seus contrafortes, riqueza efêmera, no dizer exato do douto autor que no país surgira para o desencadeamento de inúmeros males, pela ruína da agricultura.

E, com efeito, ao Brasil, já duas vezes secular, criara a cana de açúcar. Só haviam, até fins do século XVII, prosperado e enriquecido os núcleos onde a gramínea sacarífera vicejava; na longa e estreita tira do massapé de Pernambuco e na mancha do Recôncavo baiano.

E assim sucedera até que os paulistas revelassem a enorme bolsa de ouro superficial dos vales alcantilados do Espinhaço. Mas esgotadas esta e as outras, muito menos opulentas, de Goiás e de Mato Grosso, voltaria o açúcar a ser a grande "droga" do Brasil. Até que lhe viesse o declínio da concorrência antilhana e o colapso da baixa do preço como consequência das perturbações do comércio universal, criadas pela Revolução Francesa e o império napoleônico, das quais nasceu a utilização do teor sacarino da beterraba...

Por todos os motivos, sobretudo os de ordem histórica, é digna de reparos a injustiça, praticada em 1822, quando, no escudo imperial do Brasil, recém-independente, deixou de figurar uma haste de cana. Mil direitos mais tinha à homenagem da evocação do que o ramo de fumo, pôsto em confronto com o galho de café, conquista recente de extraordinária carreira.

Houvesse Antonil vivido e escrito o seu livro cento e vinte anos e meio mais tarde, e já certamente atribuiria a primazia da "cultura e

opulência do Brasil" à planta do café e não à da cana "na lavra do açúcar dos engenhos reais moentes e correntes".

Este primado, desde os princípios do século XIX, se assinala, cada vez mais absorvente e, até os nossos dias, continua avassalador, imperioso. E neste momento providencial até. Quando, em 1927, por entre estrondosas festas se celebrou o segundo centenário da introdução do cafeeiro no Brasil, pediu-nos a Comissão Central organizadora do grande certame de São Paulo um lema para as suas publicações e cartazes. Não hesitamos em lhe propor três palavras que nos parecem traduzir a síntese econômica nacional hodierna: *Café esteio do Brasil: Coffea Brasiliae fulcrum.*

E tivemos a grande satisfação de ver tal ponto de vista imediatamente aceito *in totum* pelos nossos ilustres consultantes. Com efeito, que seria o Brasil, hoje, sem o café? Onde iria procurar um sucedâneo no comércio universal, artigo de tamanha valia e volume para as suas operações internacionais, no conjunto dos negócios mundiais? Que lhe daria pretexto para a obtenção das letras do câmbio indispensáveis a sua civilização?

Sem o café seria o Brasil provavelmente uma Angola maior.

Assim como na segunda metade do século XVIII a fugacidade dos proventos do ouro trouxe o deslocamento da capital brasileira, da Bahia para o Rio de Janeiro, enriquecido pelo comércio com as Minas Gerais, a cultura cafeeira provocou o opulento notável do centro do Brasil em relação às demais zonas do país, a princípio na região fluminense e da "Mata" de Minas depois na de São Paulo, assistindo nós, nos anos que correm o enorme *boom* paranaense a fazer maravilhas num Estado até pouco secundário.

Decorridas as primeiras décadas, de aclimação, vivendo como em estado larvar, passou a lavoura cafeeira a assumir importância absolutamente notável, a partir, mais ou menos, de 1810. E o café faria o surto do novo Império como continua a ser o esteio do Brasil republicano.

I

Tem-se como incontestável que a Francisco de Mello Palheta, talvez brasileiro e natural do Pará, oficial do exército português colonial, onde atingiu o posto de sargento-mor, deveu-se a transplantação do cafeeiro a terras brasileiras, por instigação do notável Governador João da Maya da Gama e complacência do Sr. d'Orvillies, Governador da Guiana Francesa.

Muito embora haja Palheta imorredouramente ligado o nome à história universal do café outros títulos lhe assistem para que também figure com destaque no capítulo da exploração do nosso território.

De Pará não tardaria o cafeeiro a ser transplantado ao Maranhão. Se os brasileiros se habituassem a tomar café, desde a sua introdução no Pará, como faziam os hispano-americanos do Prata e do Paraguai com o mate, certamente não teríamos hoje o ensejo de nos referir ao longo período quase secular, em que não vemos da rubiácea cogitarem os lavradores do país. Não se interessavam os portugueses aliás pelo café havendo deixado passar às mãos dos holandeses o comércio da fava arábica. Era mínimo o consumo reinol em meados do século XVIII.

No Pará e no Maranhão, limitou-se a cultura às escassas chúcaras em que era produzido, em muito pequena escala.

No lhe era o *habitat* favorável, aliás, precisando viver abrigado à sombra das grandes árvores, e ameaçado por moléstias criptogâmicas numerosas e mortíferas sem o recurso das áreas das terras altas como sucede na Colômbia e na Venezuela.

Dai o estiolamento de sua indústria, apesar de acoroçada pelo decreto régio de 1761, que o isentava das taxas alfandegárias, em tôdas as conquistas portuguesas. Mais de um século havia que Duarte Ribeiro de Macedo aconselhava ao Regente, futuro Dom Pedro II, que Portugal se lançasse à produção do café, ativamente no Brasil.

Mais ou menos pelas imediações de 1760, ocorreria a circunstância mais notável da história do café, quer no Brasil quer no mundo, circunstância de incalculáveis conseqüências para o nosso país e o comércio universal: a transplantação do cafeiro da Amazônia ao Rio de Janeiro.

Foi o seu autor o Chanceler da Relação Fluminense, Desembargador João Alberto de Castelo Branco.

Deu-se, segundo parece, em 1760, a chegada das mudas do Chanceler ao Rio de Janeiro.

Pretendem alguns autores que o primeiro cultivador real da rubiácea em terra fluminense veio a ser o holandês João Hoppmann, em sua grande chácara de Mata-Porcos então nos subúrbios do Rio, e homem inteligente e progressista.

Dizem outros que êsses pioneiros da cafeicultura foram os capuchinhos italianos, ou Barbonos, em sua chácara, hoje desaparecida e outrora no coração da cidade carioca.

O nosso ilustre botânico Freire Alemão perfilha esta versão. Documentou-a, contando que a plantação dos capuchinhos foi de 1762 e a de Hoppmann de 1770 e realizada a instâncias do Vice-Rei Marquês do Lavradio.

Seja como fôr, lenta se mostrou a propagação do café na região do Rio de Janeiro, que em 1750 encontrou o abade Lacaile servido à sobre-mesa das refições cariocas.

No relatório de viagem circunavegatória explorava Cook em 1768 aos flumineses fazerem vir de Lisboa o café e o chocolate que tanto, contudo, podiam ser produzidos em suas terras.

Muito lentamente pois alargou-se a área da disseminação do cafeeiro no século XVIII. E seu núcleo inicial foi a cidade do Rio de Janeiro.

Várias das maiores autoridades da colônia envidaram esforços para promover tal progresso como por exemplo o Marquês de Lavradio cuja atuação aliás é indiscutível à vista da documentação conhecida e o bispo Marcarenhas Castello Branco. Este, com grande encarecimento, distribuía sementes de sua fazenda do Capão a diversos, e entre outros, a dois progressistas agricultores do interior, os padres Couto e Lopes.

Parece quase certo que àquele sacerdote, Antonio do Couto da Fonseca, se deve a abertura do primeiro sítio de café do Brasil, digno dêste nome, em Mendanha, na freguesia de Campo Grande, a uns trinta quilômetros do Rio de Janeiro.

Dessa fazendinha do Mendanha houve larga distribuição de sementes para a capitania do Rio de Janeiro, sobretudo para Rezende, de onde a cultura irradiou para Areias.

Da Mendanha se disseminaria o imenso cafêzal que acabou se alastrando pelo Brasil central.

As montanhas da contigüidade do Rio de Janeiro perderam dentro em breve a vestimenta florestal e o café se propagou pelas suas íngremes encostas. Mas muito pequena ainda era a sua produção. Não renumerava bastante, sobretudo, por causa das taxas de exportação.

Este só avultou, aliás, quando o cafeeiro começou a ocupar as áreas florestais da Capitania do Rio de Janeiro.

II

Ninguém sabe ao certo quem haja introduzido o cafeeiro nas terras onde mais tarde se daria o apogeu de sua lavoura, nas de São Paulo.

Já em fins do século XVIII havia exportação de café por Santos, mas insignificante.

Em 1794 segundo se sabe existia nos arredores da cidade de São Paulo pequena plantação, a da chácara do Marechal Arouche.

Parece fora de dúvida que a grande via de penetração do café em São Paulo se fez por Areias, pelos anos de 1790, de onde a cultura alastraria por todo o Norte de São Paulo.

É impossível dizer-se de quando datam as plantações do litoral, sobretudo as de Ubatuba e São Sebastião, contemporâneas quicá das de Areias.

Em 1817, ao campineiro Francisco de Paula Camargo incitou o Conde dos Arcos a que plantasse café em seu município.

No dizer do botânico Corrêa de Mello o verdadeiro fundador da lavoura campineira, núcleo das enormes plantações do Oeste paulista, veio a ser Francisco de Souza Aranha.

De 1835 em diante tomaria o plantio notável incremento. Já em 1843 eram as colheitas avultadas ali.

Daria isto enorme prosperidade à região, aliás de terras fertilíssimas.

Mas o grande surto paulista se verificaria muito mais tarde. Por enquanto era o Rio de Janeiro a verdadeira, a única capital da área compacta entregue à nova cultura do Brasil.

De 1820 a 1830 passou a exportação pela Guanabara de 97.500 a 391.585 sacas! Já imenso se alargara, pois, a área florestal desbravada para dar lugar às fileiras da rubiácea.

Assim as cidades de lavradores começaram a surgir, a prosperar, num ambiente semibárbaro de terra nova. Vassouras, o mais notável destes núcleos, Pirai, Valença, Paraíba do Sul, Barra Mansa, Sapucaia, Cantagalo, Rezende, São Fidélis surgiram do solo com o seu casario vultoso e o seu comércio.

O álveo da grande caudal que é o Paraíba foi como que a diretriz da lavoura cafeeira, para montante e para jusante, por uma extensão de muitas centenas de quilômetros de Guararema e Jacareí a Cambuci e São Fidélis.

Vieram paulatinamente as irradiações secundárias nos vales dos afluentes, do rio mestre.

Transpondo o Paraíba era agora na zona da Mata de Minas que as florestas caíam sob os machados dos cafezistas.

De 1860 a 1870 chegaria a seu máximo esplendor a lavoura fluminense toda ela assente no braço escravo e já se valendo da facilidade dos incipientes transportes ferroviários ou de rodagem da União e Indústria.

Este grande e notável surto econômico criaria um ambiente sobremodo característico, verdadeiro panorama de uma civilização típica que jamais se poderia renovar.

Foi o florão do episódio imperial brasileiro e representa um lampejo de decênios. A ele se seguiria um período rápido de violenta decadência devido à erosão das terras escarpadas e terminada pelo desaparecimento dos cafézais, pobremente substituídos por terras de pastagens.

Em Minas Gerais prosperou o plantio da rubiácea no primeiro quartel do século.

Em 1818 fôra a produção de 2.434 sacas, doze anos mais tarde quase decuplicara, atingindo 20.350 sacas.

Rápida expansão tiveram as lavouras mineiras muito embora não tão importantes se mostrassem quanto às fluminenses.

Em 1840 sua exportação foi de 41.936 sacas; em 1850 de 101.490. Mas já em 1860 subia a 371.839 para chegar a 625.742, em 1870 e afinal em 1880 atingir a cifra vultosa de 913.027.

A febre cafeeira pela metade do século XIX invadira outras regiões. O sul do Espírito Santo que produzia em 1874 quase 29.000 sacas, chegaria em 1872 a 172.000.

Notável se mostrara a progressão da exportação cafeeira pela Guanabara, de década em década:

1830	391.785 sacas
1840	1.068.418 "
1850	1.343.484 "
1860	2.127.219 "

O Brasil era o café!

III

Em São Paulo as dificuldades do transporte tendo a vencer a aspeira da serra marítima entravaram longamente o grande desenvolvimento da cafeicultura no Oeste da Província.

E, realmente, por tôda a parte, se por um lado a serra marítima criara no planalto ocidental condições climatéricas sobremaneira favoráveis à planta, por outro os obstáculos do terreno acidentadíssimo da escarpa serrana tornavam muito pesado o custo do transporte à costa de milhares de mulas cargueiras.

Assim mesmo era tão remunerador o preço, que as lavouras cada vez mais cobriam novas áreas recém-desflorestadas.

Cessado em 1851, completamente, o tráfico africano com a vigilância dos cruzeiros ingleses e das autoridades brasileiras, começaram os lucros do café do Sul a provocar o êxodo dos escravos das províncias do Norte do Brasil.

E como daí proviesse notável acréscimo de riqueza pública foi possível pensar-se na questão da melhoria dos meios de transporte. Daí também o aparecimento das primeiras vias férreas brasileiras.

Na região fluminense o pequeno trecho, construído em 1853, pelo ilustre Irineu de Souza, depois Visconde de Mauá, serviu de princípio a um sistema galgador da serra dos Órgãos, por meio da magnífica estrada de rodagem União e Indústria, devido ao gênio empreendedor de Mariano Procópio e Ferreira Lage.

Por outro lado os cafestistas de Vassouras, então capital do café, liderados pelos Irmãos Teixeira Leite, organizavam a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, cuja ferrovia, à custa de ingentes esforços galgaria os declives da Serra do Mar para atingir as ribanceiras do Paraíba. Isto lhe permitiria logo depois o fácil percurso de centenas de quilômetros, para leste e oeste, do entroncamento principal da Barra do Pirai.

Na Província de São Paulo mais abrupta ainda fôra o vencimento da serra, mas muito mais curta a distância a vencer-se. Ainda foi ao gênio de Mauá que se deveu a realização dessa linha da São Paulo Railway que tão prodigioso instrumento de progresso, riqueza e civilização veio logo a ser.

Já então exigia o café novas zonas. As contíguas ao Rio de Janeiro em dilatado raio, tinham contra si o feitiço dos terrenos. Acidentadíssimos, em geral havia a rubiácea sido plantada no flanco de encostas abruptas e gargantas apertadas. Vestira-os outrora magnífica floresta. Mas a camada de humus não se podia longamente manter desde que se operava o desmatamento. Era a terra fértil, fertilíssima mesmo, mas com um taludamento de tal forma elevado que a erosão, agravada pelas enxurradas tropicais, não tardaria a esterilizar tôdas aquelas áreas onde a pomicultura cafeeira exigia repetidas carpas para que as colheitas fôsem abundantes.

Assim fugaz se tornou a vida das árvores naqueles terrenos alcançados.

A marcha progressiva da ampliação da lavoura cafeeira no centro oeste de São Paulo onde tão notável preeminência viria adquirir, no conjunto da universalidade do produto, fêz-se de modo lento.

Sobretudo graças a duas circunstâncias de ordem primordial: a dificuldade dos transportes e o receio de grave fenômeno meteorológico: a geada.

Em 1806 a 1807 haviam sido as exportações da capitania, respectivamente, 265 e 318 sacas.

No ano de 1835 já os portos paulistas exportavam 96.500 sacas. Mas a produção total da província fôra quase 150.000 indo o resto, por maior comodidade de carreto, para os portos fluminenses do gôlfo de Angra dos Reis. Em 1871 seria de 546.975 sacas, para mais que dobrar ao cabo de um decênio (1.204.323).

Ainda em 1881 coube a primazia do volume dos embarques de café do Rio de Janeiro. Foi neste milésimo de 4.461.801 sacas.

A produção, por árvore, muito mais elevada porém se mostrava na lavoura paulista, sendo a fluminense e mineira e a do norte paulista, muito mais consideráveis como número de pés.

Alargava-se, cada vez mais, a área da zona cafeeira de São Paulo: reduziu o desmatamento consideravelmente o perigo e a intensidade das geadas.

Dai o grande *rush* de agricultores de São Paulo e das províncias de cafêzais cansados para o Oeste paulista.

Antigos "ninhos de geada" haviam deixado de sê-lo e os arrojados se atiravam às zonas novas do sertão onde ninguém outrora se aventuraria a arriscar capitais em emprêsas de incerto resultado.

Outro fato notável concorria agora, para o desenvolvimento da lavoura paulista, a expansão considerável das grandes vias férreas Paulista, Mogiana, Sorocabana, cujos trilhos nas terras de suave derrama dos planaltos corriam ao encontro dos novos núcleos cafeeiros.

Já para o fim da década de 1880-1890 começariam no Oeste de São Paulo aquelas enormes plantações cuja extensão causaria, dentro em pouco, verdadeiro espanto. No último decênio do século XIX formar-se-iam imensas fazendas de centenas de milhares e milhões de árvores.

IV

Trouxe a promulgação da lei abolidora da escravidão no Brasil tremenda desorganização de trabalho em 1888, e o empobrecimento das velhas lavouras fluminenses e mineiras, já aliás muito decadentes em sua produção.

Se por um lado era verdadeiro opróbrio a existência do elemento *servil* no país, por outro é preciso considerar, por espírito de justiça, quanto, na história econômica universal, nenhum exemplo talvez haja

havido de medida tão radical, tão extensa e tão profunda quanto a que destruiu sem indenização alguma capitais no valor de mais de um milhão de contos de réis.

Dai a terrível desorganização que tão àzperamente atingiu a lavoura cafeeira das províncias da região fluminense, e a mineira, provocando consideráveis êxodos de fazendeiros e trabalhadores para os terrenos do oeste paulista. E as novas zonas onde o café alastrava pujantemente, já em larga escala, entregue ao braço livre dos imigrantes do Sul da Europa, sobretudo italianos, angariados graças à previdência dos lavradores e das autoridades de São Paulo.

E daí a notável desproporção dos embarques entre o pôrto da antiga capital do café e o de Santos. Já em 1890 saíam de Santos 5.852.076 sacas e do Rio de Janeiro 2.894.283. Ver-se-ia a exportação paulista de 1909 atingir 13.453.245 sacas, quando a fluminense descera a 2.967.842 sacas.

As dez safras de 1871 a 1880 se computam em 36.336.000 sacas, valendo 1.108.149 contos de réis ou em média 56,6 da exportação nacional durante o decênio. É este o primeiro período decenal em que o café contribui com mais de metade do valor da exportação brasileira.

Examinemos o conjunto desta produção, nos seus valores médios:

DÉCADAS	Milheiros de sacas	Valor em contos	Valor em milheiros de £ ouro	Valor por saca em réis	Valor em £ por saca	Porcentagem do café na exportação nacional
1821-1830 . . .	3.178	45.308	7.189	14\$257	2.26	18,4
1831-1840 . . .	9.744	152.429	21.529	15\$643	2.21	43,8
1841-1850 . . .	17.121	201.469	22.655	11\$167	1.32	41,4
1851-1860 . . .	26.253	439.390	449.741	16\$737	1.89	48,8
1861-1870 . . .	28.847	695.352	68.004	24\$105	2.36	45,5
1871-1880 . . .	36.336	1.108.149	112.954	30\$947	3.11	56,6

Tão extraordinária a preponderância do café, que Brasil e café se haviam tornado nomes inseparáveis.

E daí se originara o axioma corrente, em todo o país, de que o verdadeiro vencedor da árdua campanha do Paraguai fôra o general café.

Avantajara-se imenso a produção paulista. Sua exportação que em 1851 atingira 103.260 sacas passara em 1881 a 1.204.328.

No último decênio imperial verificou-se grave crise de preço. A saca que em 1880 se vendera a 48\$230 rs. caíra em 1881 a 20\$669 e em 1883 a 18\$341.

Procuraram comerciantes e capitalistas brasileiros intervir nos mercados forçando a alta do gênero pela retenção.

Organizou-se no Rio de Janeiro e em Santos o chamado *Sindicato*, que dispozo de insignificantes recursos ante os das grandes firmas cafezistas de Nova York e do Havre, suas adversárias tiveram prejuizos totais.

Mas como o consumo houvesse largamente aumentado subiram muito os preços para os fins do último decênio imperial. De modo que ao cair o Império a situação do café era a mais favorável e promissora.

V

A última década do século corresponde a uma avançada de enormes proporções levada a cabo pelas lavouras, estimuladas sobretudo, em São Paulo, pela derrama de numerário da inflamação do Ensilhamento, coincidente com os excelentes preços pagos pelo consumo. Daí o incremento imenso do plantio, de tão funestas conseqüências e em curto prazo causador da superprodução do gênero. Encerrou-se a primeira década republicana, com uma contribuição de 74.491.000 sacas, valendo 4.661.906 contos de réis a representar uma média, de exportação jamais atingida: 64,5.

Debalde haviam alguns homens públicos alertado a opinião nacional sobre as fatais conseqüências da superprodução, destacando-se entre outros, Bernardino de Campos.

No decênio seguinte, de 1901 a 1910, surgiram as conseqüências nefastas do imprudente afã, graças ao qual os perseguidores da fortuna rápida, mas aleatória, haviam enchido de cafêzais o ocidente paulista. Caiu mais e mais o preço da saca, trazendo em 1903 depressão como jamais se vira. Chegou êle a valer 29.728 rs. ou £ 1.03; apenas.

As cifras da superprodução acusam para 1901-1910 um total de 130.599.000 sacas em disparidade com o seu valor, que apenas foi de 4.179.817 contos de réis, quando em igual período imediatamente anterior setenta e quatro e meio milhões atingiram uma valia de 4.691.906 contos.

Crescera a produção de 75 por cento e no entanto o seu valor global caíra de onze por cento!

Viera a saca de 89\$505 em 1894 a 19\$076 em 1903!

Foi então que Jorge Tibiriçá, presidente de S. Paulo, intentou realizar o famoso *corner* da chamada Primeira Valorização. Dêle decorreu o *Convênio de Taubaté*, a 25 de fevereiro de 1906, assinado pelos Estados de S. Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, para a defesa do gênero.

Não era um salto na treva como apregoavam os irreduzíveis oponentes à operação. Assentava-se esta em meditado estudo, larga e honestamente documentado, das condições do mercado mundial e das probabilidades de êxito da defesa.

Executou-se o plano da campanha elaborado por Alexandre Siciliano, malgrado os retumbantes brados de alarma, lançados pelos maiores pontífices da Economia Política contemporânea, a começar por Leroy Beaulieu tido como o *pontifex maximus* dos economistas do seu tempo.

Reinava no Brasil enorme oposição, e a mais qualificada, à execução do *Convênio*. A começar pela que lhe movia o Presidente da República, Rodrigues Alves, cujo sucessor, Afonso Pena, mostrou-se contudo sobremodo favorável à tentativa dos três Estados principais da República.

Foi a campanha das mais árduas e arriscadas mas o tempo deu plena razão aos valorizadores, sendo incontestável que sem tal intervenção teria o Estado de São Paulo, e, com êle, o Brasil, sido o teatro de verdadeira catástrofe econômica, destruidora do patrimônio essencial da lavoura que estejava a fortuna pública nacional.

VI

Amparado pela restrição do plantio e também pelos favores meteorológicos da Fortuna, malgrado a ocorrência da enorme "safra grande" de 1906-1907 deu o *corner* de Taubaté excelentes resultados. Subiu o valor da saca de rs. 20\$959 ou £ 1.97 em 1906 a rs. 39\$644 ou £ 2.74 em

1910. Veria a década seguinte verdadeiro renascimento cafeeiro sobretudo em São Paulo.

Se a produção brasileira entre 1911 e 1920 mostrara-se menor do que no decênio anterior, caindo de 130.599.000 sacas a 120.503.000, em compensação subira a sua valia notavelmente: de 4.179.817 contos de réis ou £ 244.446.000 a 6.446.400 contos ou £ 364.842.000, — passando a saca de rs. 32.055 ou £ 1,87 a rs. 53.496 ou £ 3,03.

E isto apesar das aperturas dos anos da Conflagração Mundial.

Os estragos das extraordinárias geadas de Junho de 1918 e o desinteresse pelo plantio haviam trazido excelente posição ao gênero em 1910 com a saca a 94\$612 rs.

Caíra em 1920 (74\$703 rs.) para recuperar um pouco em 1921 (82\$395 rs.).

O aparelhamento chamado de defesa criado pela presidência Epitácio Pessoa, com o financiamento das lavouras e a regularização dos embarques iria produzir uma situação sobremodo eufórica para os produtores que tiveram.

Em 1922 —	rs. 118\$691	por saca ou	£ 3,12
" 1923 —	rs. 146\$875	" " "	£ 3,05
" 1924 —	rs. 205\$853	" " "	£ 4,62
" 1925 —	rs. 215\$109	" " "	£ 5,50

O biênio seguinte verificaria baixa não muito grande.

Em 1926 —	rs. 170\$700	por saca ou	£ 5,05
" 1927 —	rs. 170\$401	" " "	£ 4,15

Agravara-se a situação cambial do país mas não consideravelmente. Em todo o caso as festividades solenizadoras do segundo centenário da introdução do cafeeiro no Brasil se realizaram num ambiente de plena euforia embora já se fizessem ouvir as notas dissonantes dos que viam na chamada defesa do café verdadeiro incitamento a uma situação calamitosa de superprodução.

Ao plano do governo Epitácio Pessoa deveria ter acompanhado severa restrição do plantio.

Verdadeira febre de enriquecimento rápido invadira os espíritos. Visava-se agora aproveitar as terras virgens a ferazes do Noroeste paulista, onde a produção das primeiras safras se mostrava abortiva.

O escoamento da exportação começou a ser lento, cada vez mais lento, passando a ocasionar enormes demoras que exasperavam os lavradores e seus financiadores. Nos imensos e numerosos armazéns reguladores atulhavam-se os milhões de sacas das safras retidas à espera de embarque.

Ainda em 1928 subiu o valor da saca de 170\$400 a 204\$620. Cada vez mais preponderava o café no cômputo da porcentagem da exportação nacional. De 49,1, em 1920, passara a 59,6 em 1921, para, em 1924, atingir o apogeu com mais de três quartos do valor da exportação brasileira: 75,8.

Em fins de 1929 ter-se-ia o reverso da medalha em crise muito mais grave e profunda do que a do princípio do século.

A ocorrência do *krach* monetário de Nova York duramente afetaria o Brasil no seu mais importante produto.

As quatro primeiras safras de 1920-1924 haviam produzido 62.535.000 sacas e a exportação de 51.892.000 apenas. Já se verificara portanto notável superavit e as lavouras novas e enormes estavam começando "a chegar".

No quinquênio seguinte subiu a produção a 93.240.000 sacas e dos nossos portos apenas se despacharam 71.660.000!

A última safra do decênio esta foi imensa: 29.179.192 e a exportação correspondente pouco ultrapassou a sua metade (15.080.960).

Já em meados de 1930 debatia-se a nossa indústria cafeeira num estado de verdadeira angústia.

Na década de 1921 a 1930 crescera o cafézal brasileiro de 1.780.855.850 a 2.587.845.700 árvores ou de um terço a mais: representado por lavouras pujantes, abertas em terras virgens e feracíssimas.

No decênio de 1921-1930 produzidas tinham sido 183.991.722 sacas e só se haviam exportado 137.690.556!

Desta massa enorme cabiam a São Paulo 111.311.217. Exportara o Brasil 46.301.156 sacas a menos do que produzira. Dêste total coubera a Santos despachar para o exterior 92.400.453, o Rio de Janeiro 31.020.000 e Vitória um pouco mais de nove milhões.

Assim se explicava a existência de enorme "stock" represado nos portos e armazéns reguladores, a 1 de junho de 1930.

VII

A revolução vitoriosa de Outubro de 1930 encontrou verdadeira derrocada cafeeira pela presença de um superavit incalculável e tendente sempre a avolumar-se.

Cumpria-se o vaticínio do Dr. Paulo de Moraes Barros proferido no Parlamento alguns anos antes: Não haverá no Mundo bôca para tanto café.

Iria 1930 ser o ano do mais tremendo colapso jamais registrado nos fastos da economia cafeeira.

E este fôra o quadro dos quatro primeiros decênios republicanos:

DECÊNIO	Milheiros de sacas exportadas	Valor em contos de réis	Valor em £ 1.000 ouro	Valor por saca	Valor de saca ouro	Porcentagem do café na exportação nacional
1891-1900 . . .	74.491	4.691.906	187.917	62\$986	2.52	64,5
1901-1910 . . .	130.599	4.179.817	244.146	32\$005	1.87	51,3
1911-1920 . . .	120.503	6.446.400	364.842	53\$406	3.03	53,0
1921-1930 . . .	139.532	22.807.858	561.035	163\$460	4.02	69,6

No decênio sinistro de 1931-1940 exportou o Brasil 146.921.000 sacas no valor de 20.995.166 contos de réis ou fôssem 202.418.000 libras esterlinas ouro sendo o preço médio de saca 144\$421 rs. papel e libra 1,38 ouro.

O coeficiente da porcentagem no conjunto da exportação nacional é que baixou imenso no final da década.

De 73,1 em 1933 veio a 40. e em 1939 a 32, dando ainda assim uma média decenal de 53,1%.

A conflagração mundial não podia deixar de refletir poderosamente sobre as nossas remessas sobremaneira perturbadas pela campanha submarina.

A exportação de 1942 (7.280.000 sacas) foi menor do que a de 1918 (7.433.000) prejudicada pelas conseqüências do *geadão* e da guerra.

A 30 de junho de 1931 existiam 17.500.000 sacas imobilizadas nos reguladores paulistas.

O estoque mundial computava-se em 26.411.000! Avaliava-se o café brasileiro em quase três bilhões de árvores. Esperava-se para o próxima safra mundial vinte e sete milhões de sacas, em confronto com os vinte e quatro milhões do consumo.

O Govêrno Provisório tomou, por seus Ministros da Fazenda os Drs. José Maria Whitaker e Oswaldo Aranha, as medidas compatíveis com a delicadíssima situação econômico-financeira do Globo. Trocou café por trigo e procurou por meio da intervenção nos mercados impedir maior descalabro das cotações.

Surgiu, então, o projeto da destruição dos milhões de sacas do superavit. Entremetidos, criou o Presidente Getúlio Vargas o Conselho Nacional do Café, transformando em 1933 no Departamento Nacional do Café.

Procurou esta organização, sobretudo, manter o equilíbrio estatístico do café. E a exemplo de casos que se generalizavam, então por todo o mundo, e referentes a muitos dos principais artigos e gêneros de comércio mundial, como o trigo e a lã e diversos outros, encetou a destruição dos cafés baixos, medida que aliás já fôra pertinazmente advogada no auge da crise do princípio do nosso século.

Mas seis safras de 1931-1937 chegou a produção nacional a 138.969.000 sacas e a entrega comércio só conseguiu atingir 90.044.000, donde um superavit de 48.765.000 sacas!

Assim até 1939 foram incineradas mais de sessenta e cinco milhões de sacas.

Em 1933 a safra brasileira quase atingira trinta milhões!

Não obstante a dura experiência do comêço do século, apossara-se o café de todos os rincões do oeste paulista, de todos os solos aproveitáveis para o plantio da rubiácea.

Em 1938 avalia-se a produção brasileira que não conseguira colocação em 80.600.000 sacas.

A lei do reajustamento econômico, em 1934, trouxe resultados inegavelmente benéficos. Aumentou a força da resistência dos lavradores aliviando os pesados encargos dos Bancos seus financiadores em cujas carteiras se atulhavam vultosos compromissos fazendeiros.

A economia dirigida do Departamento Nacional do Café constantemente atacavam numerosos especialistas achando-a altamente funesta.

Prognosticavam alguns que no decênio de 1935 a 1945 a situação econômica do Brasil sofreria reviravolta capaz de por completo a subverter. A média da produção brasileira 25.000.000 de sacas anuais era cifra que correspondia ao consumo mundial.

E isto quando havia a contar a muita considerável produção extra brasileira. Quando muito caberia ao Brasil exportar 10.000.000 e o café sofreria colapso idêntico ao que arrasara a borracha amazônica. Colossal incêndio abrasaria o Brasil.

Ao sombrio vaticínio traria o futuro formal contestação. O quadriênio de 1935 a 1938 exportaria 58.748.000 sacas ao invés das 40.000.000 previstas. Destruir-se-iam porém neste período mais de ... 30.000.000 e a 31 de dezembro de 1938 ainda existiriam 9.670.000 sacas estocadas.

Nesta ocasião compreendia o café brasileiro 2.500.460.000 árvores ou 50,13 do cafézal do Universo. A produção mundial das quatro safras,

de 1934 a 1938, atingira 146.198.000 sacas oferecidas a um consumo de mais ou menos 110.000.000.

VIII

A grave queixa articulada contra o terrível esforço realizado pelo Brasil para alcançar o equilíbrio estatístico do produto era que dêle não compartilhavam os demais países produtores. Não só colocavam a sua produção anual, quase integralmente, quando até a aumentavam de maneira substancial.

Caro vinha o Brasil pagando a miragem embaladora nascida da recordação da feliz liquidação da primeira e da segunda valorização e da política de defesa praticada em relação às enormes colheitas de 1922 em diante.

O arrastamento da longa crise, perduradora como nenhuma ainda, por anos e anos, trouxera ao mesmo tempo reacções psicológicas as mais desagradáveis. Trouxera a intranquilidade entre os produtores, e o desentendimento entre os homens públicos.

Era sumamente antipática aos lavradores sobretudo a entrega da chamada "quota de equilíbrio".

Em 1937 resolveu o Presidente do DNC, Sr. Jaime Fernandes Guedes, de acôrdo com o Ministro da Fazenda, Dr. Souza Costa, operar radical alteração na política brasileira em relação às dos países concorrentes. O superavit das 48.735.000 sacas brasileiras correspondia às quatro últimas safras. E isto quando o saldo das vendas do resto dos países produtores era apenas de 540.000 sacas!

A tal propósito comentava o prestigioso *Tea and Coffee Trade Journal* de Nova York: "O Brasil não continuará a segurar o guarda-chuva em benefício dos concorrentes. Foi por demais paciente".

E com efeito proporcionara tal abrigo a triplicação das colheitas extras-brasileiras.

Após a conferência pan-americana de Agosto de 1937 resolveu o Governo Brasileiro romper os acôrdos com os países concorrentes. Os ônus que pesavam sobre o café, uma taxa de 45\$000 a obrigatoriedade de 35% de letras na sua exportação, a um câmbio inferior ao do mercado, foram reduzidas a uma imposição única de doze mil réis.

Estabelecia-se a livre concorrência entre os diversos países produtores, abandonada de vez a defesa dos preços.

Imensa a repercussão dêste ato no mercado mundial. Causou mesmo momentos de verdadeiro pânico nos países concorrentes.

Os resultados da nova política apresentaram-se logo os mais benéficos. A nossa exportação que em 1937 fôra de 12.113.000 sacas passou, em 1938, a 17.203.000 e em 1939 a 16.645.000. E no entanto já neste ano se desencadeara o cataclisma da segunda conflagração mundial que, como em 1918, acabaria envolvendo o Brasil.

A guerra submarina e a subtração, por assim dizer total, dos grandes mercados europeus como os da França, Alemanha, Noruega, Itália, etc., trouxeram, como era infalível, extraordinário decréscimo das exportações brasileiras.

Passaram a 12.053.000, 11.054.000, 7.280.000 e 10.066.000 em 1940, 1941, 1942 e 1943, respectivamente. Mas apesar de todos êsses graves óbices o valor da saca subiu de 135.453 réis, em 1939, a 278.400 réis, em 1943.

IX

Nos longos anos de desorganização, numerosos lavradores, desanimados, destruíram grandes lavouras, substituindo-as sobretudo por algodões. O café paulista que contava 1.467.847.000 árvores, em 1934, passou a ter 1948 apenas 1.024.510.000. Neste milésimo era o café brasileiro de 2.256.666.000 pés num total de 4.848.687.000, no Universo.

Fator imprevisível de ordem climática interviria poderosamente para o decréscimo das nossas colheitas, a longa e forte estiagem de 1940 a 1943 e a constância dos ventos sul que assolaram o café paulista.

Em 1942 produziu 4.497.000 sacas quando em 1939 dera 10.776.000 para voltar, em 1948, a 10.317.000.

Esta conjugação de circunstâncias — a eliminação de mais de 78 milhões de sacas até 1944, a depressão fortíssima das colheitas, o renascimento vigoroso do comércio exportador, após a guerra mundial — traria a elevação sucessiva do preço da saca.

As perspectivas de próximos melhores dias fez com que nas terras novas crescesse notavelmente o café como se deu no *far-west* paranaense que, em 1945 contava 61.434.000 árvores; em 1948: 224.000.000 e 301.113.000 em 1951. A exportação brasileira que, em 1944, chegara a 15.260 mil sacas cresceu nos anos subsequentes a 16.273.000 em 1946, e 17.792.000 em 1948.

Nos cinco exercícios de 1941-1945 foi a exportação:

Anos	Milheiros de sacas
1941	11.065
1942	7.280
1943	10.066
1944	15.260
1945	13.276

Valor da saca	Valor de exportação
182\$030	2.017.115 contos
270\$030	1.975.809 "
278\$400	2.802.638 "
277\$160	4.219.361 "
286\$180	3.799.361 "

Havia subido paulatina e constantemente o preço de saca muito pelo fato do imenso avolumento do meio circulante nacional.

O triênio seguinte é que veria uma alta das mais espetaculares. A carência do gênero nos grandes mercados mundiais e a desvalorização do cruzeiro graças à inflação produziria esta tão considerável elevação de preços.

De 286,13 cruzeiros em 1944 passou a 417,06 em 1946 e a 515,57 em 1948.

Mas 1949 já registraria 599,00 e 1950 quase presenciou a dobragem de pés com cabeça de nosso proloquio popular. Registraria a enorme cifra recorde de 1.072,00 por saca.

Em 1951 a média ainda se alçaria para 1.189,40.

Anos	Sacas	Contos
1946	16.273.000	6.786.800
1947	15.222.000	7.900.520
1948	17.746.000	9.149.240
1949	19.368.000	11.620.800
1950	14.834.000	15.907.850
1951	16.358.000	16.341.640

Eis *grosso modo* o que representa a contribuição do café na economia nacional. Tão preponderante que enquanto não entram as letras a ela referentes estabeleça-se verdadeira fome de divisas e o comércio do país põe-se em marcha de câmara lenta. Também prepondera cada vez mais a porcentagem do café em nossa exportação, que foi

Em 1947	—	35,99
" 1948	—	41,57
" 1949	—	57,61
" 1950	—	63,81

Retomando as antigas posições reafirma-se o vigor do axioma do *Coffea Brasiliae Fularum*.

Se o café brasileiro neste momento ainda não é o que já foi, cinquenta por cento do cafézal do Universo, não está longe de tal porcentagem. Dos 4.982.558.000 cafeeiros do Globo vivem 2.392.566.900 em terras brasileiras.

E estas árvores assim se distribuem, principalmente:

São Paulo	1.061.525.000
Minas Gerais	482.193.000
Paraná	301.113.000
Espírito Santo	282.153.000
Rio de Janeiro	103.559.000
Bahia	72.000.000
Pernambuco	50.187.000
Goiás	21.913.000
Ceará	6.000.000
Mato Grosso	3.240.000

A menos que nova chuva de ouro não traga nova superprodução no Brasil e no Exterior como muitos crêem que ocorra no próximo quinquênio com a entrada em cena das lavouras paranaense e africana, parece a mais risonha a situação da cafeicultura brasileira.

Os pregos obtidos pelo alqueire de solo propício ao plantio da rubiácea, e pelas lavouras novas, formadas, muitas delas negociadas, segundo se afirma, à razão de 100 cruzeiros por árvore, podem ser prenúncio de mais um longo período das vacas magras bíblicas como estes que tão duramente experimentaram os cafézistas de 1882 a 1884, e muito mais ainda os de 1899 a 1908 e incomparavelmente mais os de 1930 a 1942.

Assim haja moderação no alargamento do plantio, atentos todos os conselhos da prudência e sobretudo da experiência, que lhes recorda o aforisma famoso no Estado de São Paulo, atribuído a Martinho Prado Júnior ao advertir, a um cultivador otimista, que "se a muitos dera o café a casaca, a muitos igualmente tirara a camisa".